



Servidores da FUNASA se reúnem para tratar de reestruturação e campanha salarial 2024

Sindsep/MA realiza assembleia com servidores da FUNASA em São Luís para tratar da reestruturação do órgão e campanha salarial 2024. O diretor da Condsef e diretor jurídico do Sindsep, José Figueiredo, destacou a importância da publicação da portaria 230 do dia 25 de março que institui novamente o orçamento para a FUNASA. “Esse é um passo importante para a revitalização da FUNASA. Sabemos que ainda temos muito pelo que lutar, inclusive o retorno dos servidores que foram redistribuídos e a realização de concurso publico para restituir a força de trabalho da entidade e para isso continuaremos mobilizados e atuantes”, disse José Figueiredo.

O presidente do sindicato, João Carlos Martins discorreu em sua fala sobre a campanha salarial dos servidores, alertando para a necessidade e importância da mobilização da categoria para pressionar o governo e os parlamentares a aceitarem a pauta dos servidores. Na oportunidade fez inclusive a convocatória para que

todos se unam à mobilização do dia 16 de abril, quando todos os servidores públicos no Brasil inteiro estarão unidos em defesa da campanha salarial 2024. “Nós conseguimos que o governo implantasse a mesa nacional de negociação depois de muita pressão, mas só teremos garantidas nossas reivindicações se continuarmos pressionando tanto o governo quanto os parlamentares”, afirmou, João Carlos Lima Martins, presidente do Sindsep/MA.

A servidora Silvana Muniz chamou a atenção para a importância do sindicato na questão de representatividade da categoria, mas pediu que o sindicato dê de forma mais clara o retorno das tratativas através de relatórios” “Nós precisamos ter as respostas de forma mais clara e objetiva e a forma disto acontecer seria através de relatórios das atividades que dizem respeito às nossas pautas”, explicou Silvana Muniz.

Já o diretor executivo da Condsef e vice-presidente do Sindsep/MA, Raimundo Pereira informou da necessidade de realização de uma audiência pública

para tratar da reestruturação da FUNASA de forma que não só os servidores acompanhem o desenrolar dessa situação, mas também a própria população que depende diretamente do bom funcionamento do órgão para a execução das políticas públicas de saúde e saneamento. “Para que possamos sensibilizar os parlamentares e a sociedade sobre a importância da FUNASA, é muito importante que mantenhamos as atividades em pleno funcionamento”, disse Raimundo Pereira.

Dentre os encaminhamentos aprovados na Assembleia destacamos a eleição de um representante da base para acompanhar as tratativas sobre o tema em Brasília e nos fóruns implantados para discussão dessa pauta e a determinação de encaminhar ao Ministério Público as questões referentes à situação crítica de infraestrutura e até mesmo falta de insumos para a realização dos trabalhos.

Foram escolhidas como representantes da categoria a servidora, Vera Lucia Curvelo Ferreira, como titular e Joana Aquil-

Mais de 74% dos servidores do Banco Central dizem não à PEC 65

Por 3369 votos, num universo de 4524 votantes, os servidores do Banco Central rejeitaram completamente a proposta de transformar a autarquia em empresa pública.

Essa acachapante maioria de 74,4% marcou a opção "sou contra a PEC 65/2023 independentemente de qualquer alteração".

Na consulta, as opções foram as seguintes:

- () Sou a favor da PEC 65 exatamente do jeito que ela está protocolada no Senado.
- () Sou a favor de que haja negociação para que a Diretoria do BC e o Relator no Senado apresentem um novo texto da PEC.
- () Sou contra a PEC 65, independente de alterações.
- () Abstenção.

A PEC 65 foi vendida pelo atual presidente do BC como a panaceia para as dificuldades da instituição, a começar por promessas de melhoria salarial. Comparados ao nível de 2010 - e já computado o reajuste de 9% obtido em 2023 - os salários atuais estão cerca de 30% mais baixos.

Segundo a intensa propaganda feita entre os servidores, os salários e outras despesas de



custeio e investimento poderiam ser expandidas porque o BC empresa pública não teria as limitações orçamentárias impostas pelas regras do Orçamento Geral da União.

Desde o início, o Sindsep, filiado à Condsef/Fenadsef, tem informado a categoria sobre os problemas, inclusive de insegurança jurídica, trazidos pela PEC 65. A categoria vem, então, progressivamente se posicionando com clareza em defesa dos seus direitos e contra o verdadeiro desmonte do BC embutido na PEC 65.

Em 7 de fevereiro, um dia após a primeira apresentação da PEC feita nos auditórios do BC, o Sindsep realizou assembleia que já identificou graves problemas, decidiu requisitar um parecer jurídico da Condsef/Fenadsef e engajar-se com afinco para trazer esclarecimentos e debates aprofun-

dados com objetivo de ajudar a fixar a posição dos servidores.

O parecer jurídico serviu de ponto de apoio para intensos debates sobre a PEC. Desde o princípio, a Seção Sindical do Sindsep no BC passou a realizar atividades semanais, inclusive com ato em frente ao Ministério da Fazenda e no próprio Banco Central.

Outro ponto importante que convenceu a categoria foram as implicações para a política econômica da PEC que joga o controle do BC para o parlamento, retirando do Executivo boa parte das decisões importantes que impactam o cotidiano da população.

A luta continua para recompor a unidade do funcionalismo na campanha salarial e derrotar definitivamente a PEC 65.

Fonte: Condsef

